

SUCESSÃO GERACIONAL NA AGRICULTURA FAMILIAR: QUESTÕES PARA DEBATE EM UM ESTUDO COMPARATIVO

GERMANO EHLERT POLLNOW¹; FLÁVIO SACCO DOS ANJOS² NÁDIA VELLEDA CALDAS³

¹ Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar – germano.ep@outlook.com

² Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, DCSA – saccodosanjos@gmail.com

³ Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, DCSA – velleda.nadia@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Inicialmente, é preciso expor que este trabalho faz parte das ações de um projeto de tese intitulado “Sair ou ficar? Agricultura familiar e sucessão geracional no extremo sul do Brasil e na Andaluzia Ocidental na Espanha”. O objetivo do projeto é investigar a questão da sucessão geracional em estabelecimentos rurais de caráter familiar no âmbito de municípios do extremo sul gaúcho no Brasil e de municípios da Andaluzia Ocidental na Espanha, identificando, em perspectiva comparada, as estratégias adotadas nos dois campos de estudo.

Desde já, vale ressaltar que entendemos a sucessão geracional na agricultura familiar como sendo o processo de transmissão de bens e direitos dos pais para os filhos, de forma que os herdeiros possam exercer a agricultura como atividade principal de trabalho e renda. Ou seja, trata-se, resumidamente, da transição intergeracional da titularidade da unidade familiar de produção.

Também a título introdutório, é importante registrar que o êxodo rural é um problema que vem causando preocupação, especialmente ao considerarmos a saída de jovens do campo, o progressivo envelhecimento da população rural, sua masculinização e o esvaziamento dos espaços rurais. Nesse sentido, SACCO DOS ANJOS, CALDAS, POLLNOW (2014), ao analisarem o fenômeno da transição demográfica no Brasil, verificaram que nos últimos 50 anos houve uma redução da população rural em termos absolutos e relativos: diminuindo de 38,98 milhões de indivíduos na década de 1960 para 29,83 milhões de pessoas na primeira década dos anos 2000, representando no período analisado uma diminuição de 55% para escassos 15,6% de pessoas vivendo no meio rural.

Este cenário está intimamente ligado à saída de jovens dos espaços rurais, especialmente mulheres que buscam nas cidades melhores oportunidades. Entretanto, para SPANEVELLO (2008), a falta de sucessores na agricultura brasileira ainda não é um problema estudado em sua essência. Para BRUMER (2006, p. 2), dois aspectos são recorrentes em estudos sobre a juventude rural:

a tendência emigratória dos jovens, em grande parte justificada por uma visão relativamente negativa da atividade agrícola e dos benefícios que ela propicia; e as características ou problemas existentes na transferência dos estabelecimentos agrícolas familiares à nova geração.

Conjuntamente, tais aspectos colocam em xeque o futuro das áreas rurais e da produção de alimentos, dado que esta é uma área crucial assumida pela agricultura familiar. Assim, considerando os limites que aqui dispomos, o objetivo colocado no presente resumo é elaborar algumas questões sobre a sucessão geracional no âmbito do projeto de tese mencionado e de seu universo empírico.

Além desta breve introdução, o presente trabalho está dividido em outras quatro partes. A próxima seção aborda a metodologia utilizada para construção deste resumo. A terceira apresenta uma discussão teórica que envolve uma

pequena revisão bibliográfica. A quarta traz alguns questionamentos que julgamos pertinentes sobre o tema e a quinta e última parte apresenta as referências bibliográficas utilizadas.

2. METODOLOGIA

A elaboração deste trabalho se deu a partir de reflexões sobre o tema, inseridas em um projeto de tese de doutoramento vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar (PPG SPAF) e ao Núcleo de Pesquisa e Extensão em Agroecologia e Políticas Públicas para a Agricultura Familiar (NUPEAR), ambos da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

A partir da revisão bibliográfica apresentada a seguir, foi-nos possível traçar algumas reflexões e questionamentos expostos ao final deste trabalho, os quais dizem respeito precisamente ao problema de pesquisa do referido projeto de tese.

3. DISCUSSÃO

ALMEIDA (1990) estabelece a existência de dois ciclos dentro da dinâmica da agricultura familiar: um ciclo mais curto, envolvendo trabalho, recursos e reposição de insumos para reinício do processo; e outro mais longo, que diz respeito à perpetuação das famílias, sendo um intervalo geracional que se volta a garantir sua reprodução social ao longo do tempo. É nesse segundo caso que se insere o objeto de que trata este trabalho.

Nesse sentido, a transmissão de patrimônio e a sucessão geracional devem ser consideradas formas de reprodução social da agricultura familiar, onde, para SACCO DOS ANJOS, CALDAS, COSTA (2006, p. 6), “emergem conflitos dos mais diversos envolvendo a posse de uma terra que invariavelmente é escassa, representando, ainda hoje, o principal ativo do patrimônio familiar”. Assim, pode haver uma diversidade de arranjos adotados pelas famílias para enfrentar o que se conhece por crise de reprodução social (ABRAMOVAY *et al.*, 1998), ao desvelar a forma enigmática como a sucessão geracional e as formas de transmissão de patrimônio se desenham no Brasil e na América Latina em geral (SACCO DOS ANJOS, CALDAS, COSTA, 2006).

Alguns destes arranjos familiares são conhecidos na literatura científica sobre o assunto. No trabalho realizado por SEYFERTH (1985), na região do Vale do Itajaí-Mirim, a autora identificou que a reprodução da agricultura familiar naquela região estava diretamente ligada à herança impartível, que assegurava a condição camponesa a pelo menos um dos herdeiros. Nessa zona catarinense, a principal estratégia para os filhos que não recebiam a terra como herança era a busca pelo trabalho assalariado ou a pluriatividade, sendo que a maior parte das terras ficava com o herdeiro que seguiria como colono, sendo geralmente o ultimogênito (SEYFERTH, 1985). MELLO *et al.* (2003) também reiteram que, na região do oeste catarinense, até os anos 1960 a permanência dos filhos na agricultura na mesma unidade produtiva dos pais era assegurada predominantemente pelas famílias a partir dessa estratégia, também conhecida por minorato. Para WOORTMANN (1994), esta expressão trata-se da instituição pela qual a terra paterna é transferida ao filho mais novo que, em contrapartida, responsabiliza-se por cuidar dos pais durante a velhice e até a sua morte.

Entretanto, nas últimas décadas, surgem mudanças nos padrões sucessórios na agricultura familiar do sul do Brasil, não sendo mais possível transferir e generalizar os tradicionais padrões encontrados na literatura, *vis a vis*, para a atualidade. MELLO *et al.* (2003, p. 6) mostraram que a agricultura familiar

da região do oeste catarinense conhece problemas nos padrões sucessórios, o que não existia até o final da década de 1960. Nas palavras dos autores, “houve uma espécie de implosão dos critérios sucessórios e hereditários tradicionais” da agricultura familiar da região. Dentre as causas apontadas estão as dificuldades na formação de novas unidades produtivas e o desejo de muitos jovens de não seguirem a profissão de seus pais (MELLO *et al.*, 2003).

Para SACCO DOS ANJOS; CALDAS (2003), a masculinização, o envelhecimento e a desagrarização do espaço rural são fenômenos que alteram tais padrões. Mais recentemente, estes fenômenos também foram comprovados por SACCO DOS ANJOS, CALDAS, POLLNOW (2014). Ao que parece, ao mesmo tempo em que esses aspectos influenciam, são também consequência de tais mudanças nos padrões sucessórios.

Sobre a masculinização da população rural, FERRARI *et al.* (2004, p. 238), argumentam que há “o efeito da diferença de gênero, na medida em que as moças expressam um forte desejo de não continuarem a reproduzir o papel de suas mães como parte fundamental da organização social da unidade de produção familiar”. Além disso, STROPASOLAS (2011) afirma que a organização do trabalho na agricultura familiar é fortemente marcada por um viés de gênero. Nesse contexto, ao homem é reservado o espaço da produção e da gestão do estabelecimento rural e “as mulheres não são preparadas, nem estimuladas a se envolver ou se interessar por essas questões” (STROPASOLAS, 2011, p. 27).

Além disso, em outro estudo realizado em Santa Catarina por SILVESTRO *et al.* (2001), a investigação revelou que a maior parte dos jovens homens demonstrava vontade de ficar no meio rural e entendia que seu futuro era mais promissor na agricultura. Por outro lado, as moças viam na cidade um futuro mais animador. Nessa investigação, as respostas dos jovens acerca do desejo de assumir a propriedade paterna variaram de acordo com o nível de renda. Além disso, os autores concluíram que há “uma forte associação entre a escolha profissional em torno da agricultura familiar e um nível de educação especialmente precário por parte dos que encaram como desejado este futuro” (SILVESTRO *et al.*, 2001, p. 47-48).

Por fim, é crucial tratar ainda das estruturas representativas deste público, sobretudo porque todo este cenário coloca dúvidas sobre o futuro da agricultura familiar. Entretanto, para MELLO *et al.* (2003, p. 13), “os agricultores familiares e suas organizações representativas não parecem estar preocupados em discutir os novos desafios dos processos sucessórios e suas implicações para a continuidade da agricultura familiar”.

Essa digressão nos faz pensar em algumas questões que estão postas a seguir, abrindo portas para a sequência da investigação que está em andamento.

4. CONCLUSÕES

A partir das premissas que apresentamos até aqui, acreditamos que algumas questões são pertinentes e necessárias: como se apresenta a questão da sucessão geracional em unidades produtivas da agricultura familiar no âmbito do extremo sul gaúcho no Brasil e da Andaluzia Ocidental na Espanha? Existe um padrão dominante nos dois âmbitos? Há elementos recorrentes entre ambas as realidades? Como as organizações sindicais se posicionam em relação a esta instigante e desafiadora questão? Pretendemos que essas questões possam ser respondidas ao final da execução do referido projeto de tese.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M.; CORTINA, N.; BALDISSERA, I. T.; FERRARI, D.; TESTA, V. M. **Juventude e agricultura familiar: desafio dos novos padrões sucessórios**. 2. ed. Brasília, DF: Unesco, 1998. 101 p.

ALMEIDA, M. W. B. de. Redescobrimdo a família rural, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, nº 14, ano 5, 1990. p. 66-83.

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós modernidade. In: Congresso Latino Americano de Sociologia Rural, 2006, Quito. **Anais eletrônicos**. Quito, 2006.

FERRARI, D. L., SILVESTRO, M. L., MELLO, M. A., TESTA, V. M., ABRAMOVAY, R. Dilemas e estratégias dos jovens rurais: ficar ou partir? **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 12, n. 2, p. 237-271, 2004.

MELLO, M. A.; ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M.L.; DORIGON, C.; FERRARI, D.L.; TESTA, V.M. Sucessão hereditária e reprodução social na agricultura familiar. In: **Agricultura em São Paulo**, v.50, nº 1, p. 11-24, 2003.

SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N. V. Cambios demográficos em el Brasil meridional: La masculinización, el envejecimiento y la desagrarización de la población rural. In: **Perspectivas Sociales – Social Perspectives**, revista de la Universidad Autónoma de Nuevo León y The University of Texas at Austin, México, v. 5, nº 2, otoño/Fall, p. 71-111, 2003.

SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N. V.; COSTA, M. R. C. Pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar. In: **44th Congresso da SOBER**, 2006. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), 2006.

SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N. V.; POLLNOW, G. E. Menos mulheres, menos jovens, mais incertezas. A transição demográfica no Brasil Rural Meridional. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 21, n. 2, p. 94-116, 2014.

SEYFERTH, G. Herança e Estrutura Familiar Camponesa. **Boletim do Museu Nacional**. N.S. Antropologia, n. 52, 1985.

SILVESTRO, M. L.; ABRAMOVAY, R.; MELLO, M. A.; DORIGON, C.; BALDISSERA, I. T. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: EPAGRI, 2001.

SPANEVELLO, R. M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 236f. 2008.

STROPASOLAS, V. L. Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar. **Revista Agriculturas**, v. 8, n. 1, p. 26-29, 2011.

WOORTMAN, E. F. **Herdeiros parentes e compadres**. Brasília: Hucitec/UNB, 1994. 336 p.